



CORPOS MATÁVEIS

Linchamento de Moïse é retrato da selvageria banalizada no país

EDUARDO GONÇALVES
E BRUNO ALFANO
brasil@globonews.br
RIO DE JANEIRO

Moïse Kabagambe, o imigrante brutalmente assassinado por “colegas de trabalho” em janeiro, num quiosque no Rio, não está sozinho. Como ele, que morreu após 15 minutos de horror, entre chutes, socos, enforcamento e pauladas, outras vítimas do crime de linchamento se multiplicam em um país que cultiva o ódio, apesar da imagem internacional de cordialidade e hospitalidade do seu povo. Foi por essa fama que Moïse veio para o Brasil com a família, tentando escapar da violência fratricida do seu pai natal, o Congo, mergulhado em guerra civil. O que ele encontrou aqui, entretanto, foi um cotidiano de violência que produz muitos “Moíses”, alguns anônimos.

Autor do livro “Linchamentos — A Justiça no Brasil”, o sociólogo José de Souza Martins calculou que, todo ano, acontecem pelo menos 11 casos. A partir de seu levantamento, ele concluiu que os linchamentos no Brasil não são casos “anômalos e excepcionais”, mas componentes do cotidiano social. Num período de 69 anos, de 1945 a 2014, ele reuniu relatos sobre 2.579 vítimas de linchamento. Dessas, ao menos 782 morreram — ou seja, em cada dez alvos da fúria coletiva,

três tiveram o mesmo desfecho que pôs fim à vida de Moïse. Por esse perspectiva, estimou a média de casos por ano, que sabe estar cada vez mais longe do que de fato ocorre nas ruas porque o crime sequer consta das estatísticas oficiais. O sociólogo alerta que a prática de justificação no país se agravou.

— Até a conclusão do livro (em 2014) eu calculava em torno de um linchamento por dia. Agora, esse número dobrou. Há uma deterioração nos valores de referência da população, que está se sentindo mais autorizada a praticar a violência de forma particular. De certa forma, é um reflexo do governo Bolsonaro, que estimula um cenário favorável ao justificação e à quebra do monopólio da violência por parte do Estado — afirma.

ESFAQUEADO NO CORAÇÃO

Foi num final de tarde de sábado, em 2018, que Vitor Martins de Melo, 16 anos, aproveitava a primeira festa que os pais autorizaram que fosse sozinho. O evento, no Parque da Cidade, na Asa Sul, acabou em tragédia. De acordo com a polícia, o menino morreu linchado após ser injustamente acusado de roubar um celular. O crime ocorreu às 18h30m da tarde, na capital federal.

— Vi meu filho estendido no chão, morto após ser espancado. Fiquei sem rumo — lembra Iris de Mello, pai do jovem, emocionado. — Rouba-

ram o celular de uma menina, que estava bêbada, e ela acusou o Vitor. Começaram a espancar meu filho. Bateram muito e, não contentes, esfaquearam ele no coração.

A mãe de Vitor desenvolveu problemas psiquiátricos e, na véspera do Natal de 2020, tentou suicídio. O pai luta por justiça. Ajudou a polícia na investigação e aguarda o julgamento de quatro acusados, marcado para o próximo dia 15.

Enquanto as secretarias de segurança pública contabilizam esses crimes como homicídio e lesão corporal, o noticiário policial revela que a violência extrema só aumenta. Na mesma semana em que Moïse foi assassinado, em 24 de janeiro, pelo menos outros três linchamentos foram registrados. No dia 21, um jovem foi agredido por uma multidão, em Brasília, numa feira de importados até que a Polícia Militar interveio — ele era acusado de estar aplicando golpes de cartão falso em comerciantes. No dia 23, em Salvador, um idoso foi atacado com murros e chutes pela população que acreditava que ele matara o sobrinho com ácido. No dia 25, em Fortaleza, um jovem acusado de roubo foi pego por pessoas na rua e espancado até a chegada da polícia, que o prendeu.

Diferentemente dos casos acima, Moïse não era acusado de estelionato, roubo ou homicídio. Em depoimento à Polícia Civil, os acusados se justificaram dizendo que Moïse estava “incomodan-

do” os frequentadores do local. Uma nova justificativa, entre as muitas precipitadas e banais que provocam a morte de inocentes. Segundo Martins, a maioria dos linchamentos (55%) foi motivada pela suspeita de crimes contra a vida, como estupro e assassinato; 11% por crimes contra a propriedade, como roubos e furtos; e 8% pelo que se entende como “violação da convivência social”. Além disso, esse tipo de violência coletiva é praticada essencialmente em áreas urbanas (95,7%) — com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará — e 4,3% nas zonas rurais.

A socióloga do Núcleo de Estudos de Violência da USP Ariadne Natal vê no caso de Moïse uma sobreposição de vulnerabilidades — a xenofobia (por ele ser estrangeiro), a racial (por ser negro) e a social (por ser pobre).

— Se fosse um turista alemão incomodando a clientela, o desfecho seria o mesmo? É impensável imaginar que mesmo um cão rosnando fosse espancado sem que ninguém fizesse nada. As vítimas de linchamentos são vistas como descartáveis, a ponto de não suscitarem empatia pela própria sobrevivência. Elas não têm direito ao mínimo, que é a dignidade e a inviolabilidade física — observa Ariadne, que analisou 589 casos de linchamento ocorridos entre 1980 e 2009, na Região Metropolitana de São Paulo.

Segundo a sua pesquisa, a

maioria das vítimas de linchamento é de homens, jovens de 15 a 30 anos, desempregados ou com trabalhos informais. Parentes contam que Moïse foi até o local onde morreu para cobrar duas diárias de trabalho, de R\$ 200.

Der. Quatro anos após perder o filho em um episódio de linchamento, Iris de Mello quer justiça: acusados serão julgados dia 15

FALTA HUMANIDADE

Professora de Sociologia da Universidade de São Carlos (UFSCar) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Jacqueline Sinhorretto avança no assunto ao afirmar que jovens negros no Brasil são vistos como “corpos matáveis” — o conceito é usado na sociologia para descrever como, na época do nazismo alemão, os judeus passaram de cidadãos plenamente integrados à sociedade a pessoas destituídas de humanidade.

— É por isso que a primeira coisa que o agressor faz é tachar a vítima de violenta, bêbada etc. Como se isso justificasse o crime. Porque se ela for vista como ser humano gera revolta — analisa.

No Brasil, avalia Martins, o racismo se manifesta mais na brutalidade das agressões do que na motivação dos ataques:

— Se o alvo do linchamento é negro, a crueldade aumenta significativamente.

A brutalidade é explicada pelo conceito de “fúria coletiva” e “efeito manada”. Considerado o pai da psicologia de multidões, Gustave Le Bon (1841 a 1931) explica que, em aglomerações, as pessoas podem agir como um “sujeito coletivo irracional”, com valores diferentes dos indivíduos na sociedade e com um ódio que se intensifica no anonimato, como um transe.

“A frequência de ações antisociais da multidão em nosso cotidiano, as dificuldades para que a lei se imponha e mesmo a leniência, a omissão e até a cumplicidade dos que deveriam fazê-lo são um preocupante indicio de que a desordem já se transformou em entre nós numa instituição”, escreveu o sociólogo.

Q “Há uma deterioração nos valores de referência da população, que está se sentindo mais autorizada a praticar a violência de forma particular”

José de Souza Martins, autor do livro “Linchamentos — A Justiça no Brasil”

“As vítimas de linchamentos são vistas como descartáveis, a ponto de não suscitarem empatia nem pela própria sobrevivência. Elas não têm direito ao mínimo, que é a dignidade e a inviolabilidade física”

Ariadne Natal, socióloga do Núcleo de Estudos de Violência da USP

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Página:** 11